

por terem se deslocado do município de Belém-PA para o município de São Miguel do Guamá-PA na região de integração do Guamá, com diária dentro do Estado do Pará, no dia 16 de Maio de 2025, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 1207681

Portaria Nº.139/DIÁRIA/CEDEC, DE 23 DE MAIO DE 2025

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 17º da lei 5.731 de 15 de dezembro de 1992. Considerando a Portaria nº 54, de 05 de fevereiro de 2024, publicada em boletim geral nº 025 de 05 de fevereiro de 2024 - CBMPA; Considerando a Portaria nº 60, de 08 de fevereiro de 2024, publicada em DOE nº 35.712 de 14 de fevereiro de 2024; Considerando o Decreto nº 3.792, de 22 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.757, de 25 de março de 2024 e seu anexo I, publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.883, de 05 de julho de 2024; Considerando o Decreto Estadual nº 4.025, de 01 julho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.877, de 01 de julho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos militares: STEN QBM JOEL BRAZÃO DIAS SGT QBM ADRIANO DE AVIZ BARBOSA, SGT QBM ISMAEL JUNIO PANTOJA DA SILVA E CB QBM STEPHANIE MARIA BARROS RENTEIRO, 05 (cinco) Diárias de Alimentação e 04 (quatro) diária de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 5.151,33 (CINCO MIL, CENTO E CINQUENTA E UM REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) por terem se deslocado do município de Belém-PA para o município de Barcarena-PA na região de integração do Guamá, com diárias dentro do Estado do Pará, no período 26 a 30 de Maio de 2025, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 1207706

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria Nº 014/2025-DGPC/PA/DA

Belém/PA, sexta-feira, 6 de junho de 2025.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições que são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94...

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94, de 15/03/1994 e alterações, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 132/2025-DA/GAB(INTERNO), oriundo da Diretoria de Administração, conforme Anexo/Sequencial: 1, do PAE nº E-2025/2791082, por meio do qual solicita as devidas providências, no que tange à instauração de Processo Administrativo, para apuração das causas da contratação emergencial, referente ao objeto do contrato nº 015/2019-PC/PA, firmado com a empresa P.S. LTDA., que terá sua vigência encerrada em 15/07/2025, em que sejam garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa,

RESOLVE:

I - INSTAURAR Processo Administrativo com o objetivo de apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis, os fatos acima narrados;

II - DESIGNAR o servidor MARCOS ANTÔNIO DE QUEIROZ LEMOS - Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 5113253, para atuar como Presidente do feito;

III - Determinar à Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

DELEGADO-GERAL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 1207816

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

Portaria N.º 041/2025-DGPC/DA/FISCAL Belém-PA, 06 de junho de 2025

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, Delegado RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 8º da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994.

CONSIDERANDO: o disposto no Art. 8º, inciso I, da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará), que atribui ao Delegado-Geral a competência administrativa para dirigir, gerir, representar e exercer os demais atos necessários à eficaz administração da Polícia Civil do Estado;

CONSIDERANDO: a recomendação da Controladoria-Geral do Estado do

Pará (CGE-PA), no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: o Decreto Estadual, de 01 de Abril de 2025, publicado no DOE Nº 36.183, de 02 de abril de 2025.

RESOLVE:

I - DESIGNAR nos termos da Lei nº 14.133/21 o servidor JORGE DA SILVA ARRUDA, Delegado de Polícia Civil - matrícula 5966545 para acompanhar como FISCAL a execução do CONVÊNIO Nº 03/2025, firmado entre a POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - CNPJ: 00.368.105/0001-06 e a PREFEITURA DE ULIANÓPOLIS, CNPJ 83.334.672/0001-60, cujo objeto é a cooperação técnica e operacional entre as partes, visando a implantação de Sala Lilás na Delegacia de Polícia Civil na cidade de Ulianópolis. Espaço destinado ao acolhimento de vítimas de violência doméstica e familiar, bem como à realização de ações de apoio psicossocial, acolhimento e orientação, e no seu impedimento o servidor DENYS RODRIGUES BORGES MARINHO, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 5966688, o qual assistirá o referido Termo de Cooperação Técnica com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

II - ATRIBUIR ao fiscal do Termo as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução do Termo, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas do participante, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o termo;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do termo e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV - DETERMINAR à Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Pará

Protocolo: 1207930

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 4. Contrato: 33/2022-PC/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará. CNPJ nº 00.368.105/0001-06. TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A. CNPJ nº 03.506.307/0001-57. Data da Assinatura: 09/06/2025. Classificação do Objeto: Prorrogação ao prazo de vigência do contrato por mais 12 meses. Vigência: de 22/06/2025 até 22/06/2026. Orçamento: Programa de Trabalho Natureza de Despesa Fonte de Recurso 40101.06.12 2.1297.4668.339030.015000000001.PI: 4110004668C. Estadual. Processo nº 2025/2579065. Contratado: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A. Endereço: Rua Machado de Assis, nº 50, Edifício 02, Bairro: Santa Lucia, Cep: 93.700-000, Campo Bom/RS. Ordenador: Delegado Raimundo Benassuly Maués Junior. Delegado Geral da Polícia Civil/PA.

Protocolo: 1207682

OUTRAS MATÉRIAS

Portaria Nº 004/2025-CAAEP/CG/PC-PA.

Belém-PA, 09 de junho de 2025.

O Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais e etc. CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 012/2022-CAAEP/CG/PC-PA, de 29/11/2022, que designou a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório de servidores nomeados para o cargo de Papiloscopistas de Polícia Civil, por meio de Decreto publicado no DOE nº 35.029, de 30/06/2022, para acompanhamento do Estágio Probatório, alterada pela Portaria 006/2023-CAAEP/CG/PC-PA, de 29/02/2023, que designou a Delegada MARIA LIDIANE PINHEIRO para substituir, na qualidade de Presidente, a Delegada LARISSA BARBOSA TORRES PASTOR;

CONSIDERANDO os termos do artigo 14, do Decreto nº 2.750/06, de 28/12/2006, que regulamenta a apuração e julgamento do Estágio Probatório dos Policiais Cíveis do Estado do Pará, previsto no art. 50, da Lei Complementar nº 022 de 15.03.94;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição do Delegado CARLOS MAGALHÃES GOMES, designado por meio da Portaria 006/2023-CAAEP/CG/PC-PA, de 29/02/2023, em razão de se encontrar de licença saúde;

RESOLVE:

I - DESIGNAR a Delegada ALINE ÁDIMA GIL FERREIRA, para atuar como Primeiro Membro, em substituição ao Delegado CARLOS MAGALHÃES GOMES, na Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório, designada pela Portaria nº 012/2022-CAAEP/CG/PC-PA, de 29/11/2022;

II - Às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao fiel cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Delegado WALTER RESENDE DE ALMEIRA

Corregedor-Geral

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 1207962